

Transferência de recursos deve chegar a US\$ 14,5 bilhões em 89

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O preço do reequilíbrio do balanço de pagamentos, após a crise de 1982/83, foi o desajuste das contas públicas que estaria hoje no centro da estagnação econômica e das altas taxas de inflação, já que a dívida externa está estatizada enquanto seu financiamento é bancado pela poupança privada.

A conclusão é do estudo "Dívida Externa Brasileira — Diagnóstico e Perspectivas", elaborado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan). O estudo ainda não foi divulgado por ter sido editado em "versão preliminar", segundo a Seplan.

Com base em dados do Banco Central, os técnicos do IPEA estimam que as transferências de recursos reais para o exterior devem situar-se este ano em torno de US\$ 14,5 bilhões, correspondentes a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) — acima, portanto, da média de 1984/86 (4,7%) e do biênio 1987/88 (4,9%).

"Essa transferência de recursos reais, da mesma forma que o déficit em conta corrente do governo, representa uma subtração do esforço de poupança doméstica, disponível para financiar os investimentos públicos e privados", afirmam os economistas Fernando Werneck, Paulo Zolhof e Eduardo Ohana, que coordenaram o trabalho do IPEA.

"Dado o patamar relativamente elevado da poupança privada brasileira, o crescimento dos investimentos precisa de iniciar-se a partir do setor público sendo financiado por sua própria poupança, a qual poderá ser formada (entre outras formas) por um alívio das obrigações externas em cruzados" — sugere o trabalho do IPEA, reconhecendo as dificuldades para reduzir as transferências ao exterior.

ESTATIZAÇÃO DA DÍVIDA

As sucessivas renegociações com os credores estrangeiros, a transferência para o Banco Central de compromissos originalmente assumidos por outras entidades e maior participação das empresas pú-

blicas na captação de empréstimos externos, no início da década, levaram à estatização da maior parte da atual dívida externa, estimada grosso modo em US\$ 120 bilhões.

O endividamento externo das empresas estatais, dos governos estaduais e das prefeituras resultou em problemas orçamentários que acabaram sendo acomodados internamente pelo Tesouro Federal através da sistemática dos "avisos" (emprestimos ou doações para pagamento de débitos no exterior).

"Trata-se da inadimplência da inadimplência", constata o trabalho do IPEA, sugerindo que uma das soluções seria a aprovação de uma lei no Congresso proibindo o Tesouro de cobrir a inadimplência externa destes devedores com aval da União. "Isto serviria para separar com nitidez as entidades financeiramente saudáveis daquelas com problemas, além de desencadear um processo de descentralização das renegociações da dívida, levando os credores a tratar diretamente com os mutuários domésticos."

Esta descentralização das negociações — defendida pela equipe econômica de alguns candidatos à presidência — foi proposta inicialmente pelo ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). A União continuaria reconhecendo os avais que concedeu, mas se declararia sem condições de efetuar os pagamentos em nome dos avaliados.

"Com isso o Tesouro na prática deixaria de honrar seus avais", observam os economistas do IPEA, "o que, no mercado secundário, faria despencar ainda mais o valor dos títulos das entidades inadimplentes e subir para algo próximo de 100%, o valor dos papéis das empresas em dia com os pagamentos de seus encargos no exterior". Seria então factível esperar que instituições brasileiras pudessem comprar por "preços supostamente irrisórios" os títulos da dívida destas empresas inadimplentes, no mercado secundário em Nova York, por exemplo.

VENCIMENTO

A dívida externa vincen-

SERVIÇO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO EM 1989

Base: dezembro/88

US\$ Milhões

Tomador	Amortização	Encargos	Total
I — Governo Federal	9.478,6	6.875,1	16.353,7
— Tesouro Nacional	3.215,1	1.626,2	4.841,3
— Admin. Indir. Federal	6.263,5	5.248,9	11.512,4
II — Governos Est. e Munic.	1.786,7	1.676,0	3.462,7
II.1 — Estados	1.713,4	1.639,1	3.352,5
— Tesouro Est.	580,0	1.045,0	1.625,0
— Adm. Indir. Est.	1.133,4	594,1	1.727,5
II.2 — Municípios	73,3	36,9	110,2
III — Outros	2,4	0,5	2,9
IV — Total Geral	11.267,8	8.551,6	19.819,4

Fonte: Bacen

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS REAIS PARA O EXTERIOR 1984/89

US\$ bilhões

Anos	Serv.de fatores A	Cap. de risco e emprest. B*	Var. de reserv. C	Trans rec.reais p/ exterior = A-(B-C)**	Transf. como % do PIB
1984	12,0	7,1	7,2	11,9	5,8
1985	11,9	0,6	-0,9	11,5	5,6
1986	12,0	1,8	-3,5	6,6	2,6
1987	11,1	2,7	1,3	9,6	3,6
1988 E	12,9	2,7	1,6	17,1	6,1
1989 P	13,7	0,6	1,3	14,5	5,0
1984-86	12,0	2,8	0,9	10,0	4,7
1987-88	12,0	-0,1	1,5	13,4	4,9

Fonte: Boletim mensal do BACEN.

(* Fluxos Líquidos de Amortizações

(**) Com dedução das Transferências Unilaterais.

E: Estimativa

P: Preliminar

da do setor público, no final do ano passado, estava em US\$ 91 bilhões — representando 81% da dívida externa bruta global, segundo o IPEA. Desta dívida externa estatizada, cerca de US\$ 79,8 bilhões (ou 87,7%) era de responsabilidade do governo federal, incluídos os US\$ 31,4 bilhões em poder do Banco Central. Este ano o setor público deve pagar juros externos estimados em US\$ 8,5 bilhões, que serão o ativo máximo decorrente de uma renegociação descentralizada.

O levantamento do IPEA mostrou que, dentre as estatais com passivo externo (juros mais amortizações) de pelo menos US\$ 300 milhões, a dívida vincenda representava 21,9% do débito total do setor público em dezembro último, ou US\$ 15,5 bilhões. Quase 55% deste endividamento concentra-se nas empresas do setor energético (Eletrobrás, Nuclebrás, Eletro-norte, Furnas, Light, Itai-pu, Cesp e Eletropaulo), que devem US\$ 8,4 bilhões. O setor siderúrgico deve US\$ 2,2 bilhões nesta amos-tragem, com destaque pa-

ra Acesita, CST, CSN, Cosipa e Siderbrás.

Com base nas hipóteses do professor Eduard de Freitas — os encargos externos centrados no setor público representam um problema orçamentário em cruzados; a dívida registrada no BC é de responsabilidade do Tesouro; as negociações junto ao comitê de assessoramento não produziram nem produzirão resultados consistentes e não há um problema comercial —, o IPEA sugere que a proposta básica a ser explorada ainda é a descentralização da renegociação externa.

"A descentralização extinguiria a figura do negociador oficial brasileiro, ficando cada devedor responsável pelo cumprimento de suas obrigações externas." Os autores do trabalho reconhecem também que a descentralização resultaria na inadimplência de pelo menos doze grandes grupos estatais brasileiros, totalizando US\$ 11,6 bilhões, além de outros US\$ 8,5 bilhões em inadimplências de governos estaduais e municipais.